

O ENCONTRO SOLIDÁRIO DE GERAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO – POSSIBILIDADES DE RESSIGNIFICAÇÃO DA ESCOLA

NAKANO, Marilena – USP

GT: Movimentos Sociais e Educação / n.03

Agência Financiadora: Não contou com financiamento

Introdução

O presente trabalho dá conta do resultado de pesquisa realizada, na Região do Grande ABC Paulista, *locus* importante das lutas operárias em nosso país, junto a trabalhadores, que ameaçados pelo desemprego, agiram no sentido de impedir o fechamento de empresas em situação falimentar. Caso não agissem, passariam a fazer parte do enorme e crescente número de desempregados em nosso país, no final dos anos 80 e na década de 90.

Nesse período, as portas de passagem da situação de empregado para a de desempregado foram múltiplas, o que também possibilitou viver a nova situação de maneiras diversas. Alguns foram demitidos isoladamente e se viram sozinhos na busca de saídas; outros se desligaram das empresas em que trabalhavam, através de programas de demissão voluntária e, nessa medida, puderam refletir sobre a nova situação a ser vivida, antes mesmo de estarem desempregados; outros, ainda, se viram diante da possibilidade da demissão em massa, em função do fechamento de fábricas que viviam processo falimentar, seja por problema de gestão e/ou de condicionantes externos.

Muitos dos trabalhadores que passaram por esta última situação, apesar de terem conhecimento da crise vivida pela empresa, acreditaram na possibilidade de manter a fábrica funcionando. Dado esse quadro, constituiu-se, nas décadas de 80 e 90, no Brasil, uma série de atores coletivos que se moveram no sentido de produzir as “fábricas sem padrão”.

O estatuto jurídico-legal adotado para essas novas fábricas foi o da cooperativa, porque esta modalidade era a que mais se aproximava dos seguintes princípios norteadores: 1) a maximização do lucro não se constituía no motor da empresa; 2) o poder devia ser compartilhado por todos os trabalhadores; 3) os processos de decisão deviam ser democráticos; 4) a posse dos meios de produção devia ser do coletivo de trabalhadores.

Mas esta opção conduziu os trabalhadores para um campo marcado, de um lado, pela exploração dos próprios trabalhadores realizada pelo patronato, através das chamadas “coopergatos” e das cooperativas montadas para a terceirização do trabalho;

de outro, pelo movimento cooperativista histórico, marcado pelas idéias de socialistas utópicos, nascido no final do século XIX na Europa e que chegou até o Brasil, como alternativa ao capitalismo.

É no interior desse campo marcado por oposições que se configura no Brasil a chamada economia solidária na década de 90, combinando dois elementos, o da retomada dos princípios cooperativistas e o da autogestão (Vieitez, 1997; Singer, 2002; Singer e Souza, 2000; Mance, 1999; Anteaq, 1998; Wainwright, 1998; Coco, 2000), para constituir identidade diferenciada daquela que vinha sendo apropriada pelo patronato.

Se, por um lado, havia princípios que delimitavam de forma clara esse campo, por outro, naquilo que diz respeito à concretização dos empreendimentos, não se encontrava, na história recente do país, algo em que os trabalhadores pudessem se espelhar para produzir o novo modelo de empresa; por isso, a experiência foi e tem sido elemento constitutivo de sua produção. Ao produzirem experiências, os atores o fazem de acordo com suas peculiaridades e necessidades, dentre elas aquelas marcadas pelas fases da vida em que se encontram, pela história e pela forma como se organiza a sociedade. Esses mesmos sujeitos cruzam-se, relacionam-se, evidenciando nas relações não só a existência de identidades distintas, como também elementos próprios da relação, tais como distanciamentos, rupturas e aproximações, campos de conflito e de solidariedade que permitem vislumbrar uma dada produção do presente, como parte de um mosaico complexo e heterogêneo (Melucci, 2001).

Neste campo, inquietava-me a existência de um paradoxo, o de se falar em futuro, da construção de algo novo, sem incorporar no debate as novas gerações, ainda que elas marcassem presença nas empresas¹.

Em decorrência disso, a questão que pretendia responder por meio da pesquisa dizia respeito às relações que trabalhadores associados estabeleciam no interior das empresas nascentes, não marcadas única e exclusivamente pelo recorte mercantil, de compra e venda do trabalho como mercadoria e, neste processo, responder à pergunta de como jovens de 15 a 24 anos apreendem e vivem essas experiências, no momento mesmo em que agem, e se o fazem de maneira diferente dos adultos, em função da

¹ Foram pesquisadas 6 (seis) cooperativas de produção industrial, 4 (quatro) delas de Diadema, do setor de metalúrgico, uma situada em Santo André, do setor têxtil, e uma última de Mauá, também do setor metalúrgico. Todas as cooperativas apresentavam uma organização do trabalho e tecnologias relativamente complexas quando comparadas às pequenas cooperativas, como as de serviços gerais, de artesanato, de manutenção elétrica etc.

condição etária em que se encontram, evidenciando ou não a existência de conflitos e disputas em torno de diferentes modelos culturais, no interior do mundo do trabalho.

Além disso, um estudo sobre as produções acadêmicas discentes, derivadas de programas de pós-graduação, no período de 1980 a 1998, agrupados em torno da temática “Jovens, mundo do trabalho e escola”, indicava que a maioria das pesquisas partia da escola para refletir sobre o universo do trabalho e os jovens (71,3%), apontando para existência de uma lacuna na produção que tomasse o local de trabalho como importante espaço de investigação sobre a relação jovens, trabalho e escola (Corrochano; Nakano, 2002)

Isso tudo apontava para a importância de um estudo sobre jovens a partir do mundo do trabalho para captar possíveis tendências e sinalizações de uma cultura emergente neste universo, no conjunto das seis empresas solidárias pesquisadas, todas situadas no ABC. No que tange às tendências e sinalizações, interessavam mais de perto aquelas produzidas na relação entre adultos e jovens, mas com forte acento sobre a busca da compreensão da presença destes últimos nesse universo.

Por se tratarem de empresas nascentes, o seu ambiente constituía-se num campo aberto para a inventividade de novas formas de estar no mundo do trabalho, na medida em que a rotina ainda não se instalara, e, nele, os jovens talvez pudessem encontrar e produzir o seu próprio lugar na relação com os adultos.

Alguns dos resultados obtidos seguem na descrição que se faz do cenário da Região do Grande ABC, na análise do momento inaugural das empresas e o enfrentamento de conflitos, na percepção da produção de sinais de uma outra lógica de relação, entre os trabalhadores, marcada pela tríade dar – receber – retribuir e, finalmente, a verificação da existência de possibilidade de ressignificação da escola em função da experiência vivida no mundo do trabalho, a partir das relações entre adultos e jovens nas empresas solidárias estudadas.

O cenário do ABC

A Região do ABC tem, cunhada nela, imagens fortes, a região industrial mais importante do Brasil e do Mercosul, espaço do surgimento do novo sindicalismo e, mais recentemente, lugar da estruturação de uma nova institucionalidade recortada pelo caráter regional. Essas imagens trazem com ela uma idéia de unidade regional. Mas, ao adentrá-la, pelas trilhas dos dados estatísticos, PIB total, PBI *per capita*, número de

habitantes, número de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, índice de exclusão, tudo nela se torna complexo. A unidade mostra-se multifacetada.

Os sete municípios que a compõem, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Mauá, são marcados pela diversidade e desigualdade, grandes e pequenos, maior ou menor percentual de indústrias, de riqueza ou pobreza concentrada, de desemprego aberto e oculto, de escolaridade. Mas, olhando a região a partir do país, não há como negar que se trata de região que se diferencia de muitas outras do país, principalmente pela riqueza nela produzida e pela capacidade de seus atores, produtores dessa mesma riqueza, de agirem, projetando-a para fora dos limites de seu espaço.

O movimento operário do ABC evidenciou força e capacidade de luta desde fins do século XIX. Em alguns momentos de sua história, ocupou a cena pública, ganhou visibilidade e foi capaz de sair do campo específico do trabalho e alargar as fronteiras da política. Ele esteve, na maior parte do tempo, acompanhado de um grande conjunto de outros atores, originados de espaços e instituições diversos, da igreja, da universidade, dos bairros, de partidos políticos, dos governos locais, constituídos também de sujeitos diversos, mulheres, jovens, negros, estudantes, e trazendo temáticas e formas de agir calcadas em seus projetos e formas específicas de estarem na região.

Todos esses atores são a expressão da comunidade cívica que se configurou e segue se configurando na Região ABC. Mas, ela tem a sua contraface, como os “Carecas do ABC” (Costa, 1993), grupos constituídos de jovens operários, e os grupamentos do crime organizado. Trata-se de atores cujas ações estão decalcadas na violência e no uso do medo como arma para manter o medo e o silêncio, demarcando um modo de ser e de agir oposto àquele dos movimentos que lutam pelo alargamento das fronteiras da democracia na região e ocupam a esfera pública, lutando para tornarem-se visíveis e usando a palavra como a sua arma.

É nesse cenário, multifacetado, complexo, que o desemprego finca raízes, por um lado, de forma similar ao que tem ocorrido em todo o país, em decorrência da reestruturação produtiva, das políticas nacionais e de como o país se insere nos processos de globalização, mas por outro, mais intensamente do que em muitas outras regiões, paradoxalmente, porque o ABC, mesmo com a diminuição significativa, nos últimos tempos, do número de estabelecimentos industriais assentados nos seus limites espaciais, continua sendo a região industrial mais importante do Brasil e do Mercosul e, por isso, é fortemente impactada pelos momentos de crescimento ou de recessão da

economia. Por isso tudo, a Região do ABC é, hoje, uma região em mutação. A sua classe operária também se encontra em mutação, verificada por meio do surgimento de novas formas de agir.

O momento inaugural das empresas solidárias

Muitos trabalhadores, diante da possibilidade de perderem os seus postos de trabalho, agiram para não se verem desempregados, assumindo empresas falimentares, com histórias bem sucedidas. Esse movimento deu seus primeiros passos no ABC em meados da década de 1990. Ele seguia o caminho, já iniciado, por inúmeros outros trabalhadores de diversos pontos do país. Eles lutaram para que os parques industriais não parassem de operar, disputando com o patronato a possibilidade de assumir as empresas e geri-las diferentemente, de forma coletiva e democrática. Nesse processo, tiveram que se desfazer da idéia arraigada de que o empresário encontraria a solução para não fechar as fábricas e mantê-los como empregados.

O primeiro grupo da região a agir nesse sentido era constituído por alguns trabalhadores da Conforja, indústria que já tivera o *status* de mais importante forjaria da América Latina. Ele trazia uma importante história de luta e organização vinculadas ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e, ao agir, acionou um campo de conflito, o do modo de agir operário, porque teve que disputar, com outros trabalhadores e com o próprio Sindicato, uma mudança na forma de luta predominante. Ao invés de greves, de passeatas em defesa do emprego, abandonou a bandeira “braços cruzados, máquinas paradas”, que marcara o início do “novo sindicalismo” no Brasil, combativo e autônomo, surgido em fins da década de 70 e início dos 80, e passou a defender uma outra, “que os prédios não fechem, que as máquinas não parem”.

É desse conflito inaugural que nasceu a primeira empresa solidária no ABC, a Coopertratt, e, a partir dela, inúmeras outras, a Cooperlafe, a Coopercon, a Cooperfor, a Uniwídia e a Textilcooper. Assim, começou a se configurar no ABC o chamado campo da economia solidária, hoje em desenvolvimento, dele fazendo parte o próprio Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, agora um aliado e impulsionador de empreendimentos desta natureza e outras tantas instituições, algumas nascidas a partir da iniciativa dos executivos locais e outras de sindicatos. Faz parte desse campo a Unisol- União de Solidariedade entre Cooperativas, entidade surgida por meio da iniciativa de trabalhadores das empresas solidárias, com apoio de sindicatos, à qual estão associados os empreendimentos acima mencionados.

A primeira conquista dos trabalhadores que lutaram para que os parques industriais onde atuavam não deixassem de operar, assumindo a fábrica como sua, foi a de se manterem incluídos no mundo do trabalho. A partir desta condição, e não de excluídos, é que esses operários podem tornar concretas virtualidades de transformação de relações sociais e de poder e de mentalidades. O seu agir conflitual desencadeou, desde o momento inicial, o processo de constituição de uma nova identidade de trabalhador que tenta incorporar o outro pólo – o do adversário - o empresário. Não está ainda definido se um dos pólos predominará, pois se trata de processos de produção incompletos e complexos de novas relações sociais e, portanto, de novas identidades. O novo ator introduziu, também para as entidades que o representam, novas questões, pois ele já não pode mais ser identificado a partir de um determinado ofício. Ele não é mais apenas metalúrgico, trabalhador têxtil. Ele se encontra, assim como a região, em processo de mutação.

Conflitos e sinais da lógica do *dom* no mundo do trabalho

A nova identidade dos trabalhadores está sendo gestada no processo mesmo de construção da nova empresa. Nela, está em andamento a produção de um novo contrato que ultrapassa o que está expresso em seus estatutos. Há um movimento que não se enquadra nas normas dos regimentos, caracterizado pelo ir e vir dos trabalhadores de uma tarefa para outra, da administração para a produção. Nesse ir e vir vão se manifestando conflitos e evidenciando formas de ser e de pensar dos trabalhadores arraigadas nos contornos das relações patrão e empregado.

O clássico conflito entre administração e produção emergiu, exatamente porque, através dele se manifestou a divisão entre quem pensa e quem executa, a dominação dos trabalhadores da produção por aqueles que têm posse das informações, que atuam na administração, no interior de empresas, cuja aposta é produzir relações mais democráticas. Por isso, não basta que na empresa solidária as decisões sejam tomadas coletivamente, na assembléia geral, e que a condução do dia-a-dia dos negócios seja feita pelo Conselho de Administração, cujos membros são eleitos pelos trabalhadores, pois o funcionamento da democracia deve comportar conflitos, para que haja espaços e possibilidades de constituição de novos atores (Touraine, 1996).

As alternativas de enfrentamento deste conflito caracterizam-se pelo intenso movimento dos trabalhadores de ir e vir de uma área para outra, de democratizar informações, de produzir mecanismos de participação intermediários entre os pequenos

grupos espontâneos formados por trabalhadores dentro da fábrica, nos corredores, perto das máquinas, e a assembléia geral, para que todos possam se preparar para decidir e votar. Mas, isso não é simples e se manifesta de formas diferentes nas fábricas em função do menor ou maior tempo de sua existência, de uma frágil ou forte cultura de ações coletivas.

Além deste conflito, os trabalhadores são marcados pelo *habitus*² e por isso aparece o desejo, da parte de muitos, de se manterem empregados, no interior da relação patrão e empregado, nos marcos da sociedade salarial. A responsabilidade pela manutenção e desenvolvimento da própria empresa e pela sua própria remuneração implica assumir responsabilidades, individuais e coletivas, pelo faturamento e pela divisão das sobras de forma que o próprio negócio se viabilize e que todos possam sobreviver.

Tudo isso se faz, no interior das empresas solidárias, por meio do trabalho associado e as relações vão sendo cimentadas pela produção, mais do que de bens materiais e financeiro-econômicos, da confiança, da amizade e da solidariedade. As novas sinalizações apontam para um outro modo de fazer política. Um jeito que não é novo e que deve estar em muitas formas associativas de cidadãos brasileiros, mas que chama atenção pelo fato de estar se constituindo no mundo do trabalho, no interior de empresas que mesmo tendo relações com o mercado, evidenciam que no seu interior as tensões e os conflitos são objeto de reflexão e foco de ação dos trabalhadores.

A confiança pode se instalar porque não há mais demissões, um ensina o outro, o erro passou a ser meio de aprender e ensinar, as informações são democratizadas e porque há transparência. Isso tudo aproxima as pessoas, e uma nova política vai se estruturando no mundo do trabalho, a da amizade, a da fraternidade e da solidariedade. Por meio de suas ações, os trabalhadores chamam atenção para esses elementos da política, que devem compor com a igualdade e a liberdade. Assim, a empresa está se constituindo num espaço importante de produção e aprendizagem da democracia. Não de uma democracia calcada apenas nos direitos legais dos cidadãos, abstratos, mas que também cria e comporta vínculos entre as pessoas. O espaço do trabalho transforma-se numa associação, onde as pessoas, de forma voluntária, sem desconsiderar os

² *Habitus* é tomado aqui na acepção de Bourdieu, ou seja, o que está interiorizado e por isso se manifesta, mesmo em situações novas, de acordo com esquemas pré-existentes que cada indivíduo carrega com ele, sem que necessariamente tenha consciência disso, reproduzindo, para os sucessores, as aquisições dos precursores (Cucho, 2002).

condicionantes estruturais, se encontram e aí produzem relações mais democráticas, uma verdadeira escola de democracia (Tocqueville, 1998).

Uma outra lógica de relações está se instalando no universo dessas empresas, a de dar – receber – retribuir, lógica do *dom* (Mauss, 1999), porque cada trabalhador dá um pouco de si para que a empresa se viabilize, sua alma se incrusta nela, que nada mais é do que o conjunto dos trabalhadores; por isso a doação feita, ao ser aceita pelos demais, cria o vínculo e a reciprocidade, e a obrigatoriedade da retribuição.

O encontro de gerações no mundo do trabalho e as possibilidades de re-significação da escola

A recuperação do debate sobre associação e sua relação com a democracia, permite se fixar na produção desse modo de vida, marcada pelo espírito do *dom*, que, no caso das empresas solidárias, pode ser apreendido por meio das relações que estão sendo produzidas entre jovens e adultos, porque elas permitem perceber o ciclo da trilogia dar – receber – retribuir, como lógica possivelmente duradoura, percorrendo a vida do grupo, envolvendo diferentes gerações. Pois, o futuro da geração adulta está atrelado à geração jovem, através do sucesso da empresa, dentre outras coisas, porque serão os jovens que irão assumi-la e continuarão aquilo que adultos iniciaram com eles. Esta expectativa é correspondida pelos jovens.

Nas empresas solidárias, no encontro de adultos da “geração do novo sindicalismo”³ e de jovens da “geração das oscilações”⁴ evidenciam-se as diferenças entre eles. Muitas das características desses jovens decorrem das conquistas que as gerações que os antecederam e outras são produzidas, de acordo com o tempo presente e a própria fase da vida juvenil. Assim, por exemplo, jovens são mais escolarizados e

3 As gerações aqui definidas não são passíveis de generalização, apesar de comportarem elementos da realidade mais geral. A definição delas se apóia, por um lado, na capacidade de agir de atores coletivos do mundo do trabalho, nessa medida de partilharem experiências comuns, na busca da instituição de direitos e na tentativa de produzir um estado de bem estar social pleno; por outro, na situação concreta encontrada pelos sujeitos, em determinadas fases da vida, que os faz experimentar e compartilhar experiências trazendo com ela o sentimento de pertencerem a uma geração. O ator coletivo, tomado como referência, é aquele que, em fins da década de 70 e início dos 80 foi capaz de produzir o chamado “novo sindicalismo”, a partir de ações do mundo do trabalho, na Região do ABC. Desta referência, pode ser definida a “geração do novo sindicalismo”. Trata-se daqueles que nasceram entre 1946 e 1964, o mesmo período definido para a geração baby-boom, conforme Gaulier (1998), nos países desenvolvidos.

4 A “geração das oscilações” foi definida, também, a partir da situação mais geral do país e as dificuldades que ela enfrenta para se constituir num ator coletivo a partir do mundo do trabalho, que fale para o país, como o fez a “geração do novo sindicalismo”. No entanto, isso não quer dizer que os sujeitos que a compõem não compartilhem de experiências comuns. Trata-se dos sujeitos nascidos entre 1965 e 1983, filhos da geração do novo sindicalismo. O termo “oscilações” é tomado emprestado dos economistas, que caracterizam as décadas de 80 e 90 pelo movimento *stop and go*.

tiveram acesso a alguns bens materiais e culturais, diferentemente de seus pais, como também participam de grupos marcadamente expressivos e voltados para o convívio. Em função dessas características, eles podem, mais facilmente que adultos, transitar da administração para a produção.

Os jovens, ao entrarem nas empresas solidárias, por meio dos laços frágeis⁵, levam para dentro deste universo um conjunto de aprendizagens próprio da fase de vida em que se encontram. Ao transitarem da família, da igreja, da escola e dos grupos juvenis para a empresa, carregam consigo elementos da convivência que, especialmente, sua geração valoriza. A confiança, a amizade, a solidariedade passam a compor as relações existentes nas empresas, integrando-as, estruturalmente. Na transitividade dos grupos para a empresa, e vice-versa, os jovens podem re-significar valores e práticas aprendidos nos pequenos grupos e re-socializados no mundo do trabalho.

Na transitividade para a escola, além da aprendizagem da convivência com os grupos que os jovens encontram nesse espaço, eles podem carregar para ela novas práticas e novos sentidos do mundo do trabalho, de forma que esta instituição possa ser polemizada em função da fase de mutação que também vive. Mas, isso não ocorre de forma estruturada e organizada. Há sinais, frágeis e soltos dessa possibilidade, que aparecem através de poucos jovens, quando levam para a escola as experiências aprendidas na fábrica.

O trabalho associado acontecido na empresa qualifica os jovens para estabelecerem um vínculo com a escola, que é freqüentada privilegiadamente por eles.

No interior da escola, assim como no da empresa solidária, também transitam os sonhos dos pequenos grupos, especialmente das famílias dos jovens. Nela, penetram sonhos de ascensão que os pais depositaram em seus filhos, mas que a escola, de modo geral, não consegue realizar, pois ela tem se restringido a cumprir o papel burocrático de certificar. Hoje, para os jovens incluídos numa situação ímpar no mundo do trabalho, a

⁵ *...as experiências pessoais dos indivíduos dependem estreitamente de certos aspectos da estrutura social que se situam no nível mais elevado, bem além daquela carregada ou controlada pelos indivíduos particulares. O desenvolvimento da teoria sociológica passa então necessariamente por uma análise das relações entre os níveis macro e micro. Ou, uma tal análise coloca em luz um certo número de paradoxos: os laços frágeis (grifo nosso), freqüentemente denunciados como fonte de alienação para os indivíduos (With, 1938), aparecem aqui ao contrário como instrumentos indispensáveis aos indivíduos para perceber certas oportunidades que se oferecem a eles, por conseguinte para sua integração no seio da comunidade; ao contrário, os laços fortes (grifo nosso), que engendram a coesão social, se traduzem por uma fragmentação do conjunto social. Os paradoxos são sempre um bom antídoto para as teorias muito límpidas. (Granovetter, 2000: 72).*

percepção de escola veiculada pelos pais, como lugar importante e atado ao futuro, parece se realizar em função da própria empresa solidária.

Para os jovens das empresas solidárias, a escola é fundamental tanto em função do acesso ao conhecimento quanto à aprendizagem do que é a vida, dada a heterogeneidade de relações que podem estabelecer dentro dela. Eles não a vêem mais como lugar da aprendizagem das normas e dos valores, mas do contato com o mundo. Na escola, os jovens testam o seu discernimento entre o que é certo e o que é errado e não se envolvem com o mundo das drogas, da violência.

Apesar da importância atribuída à escola, a adesão dos jovens a ela é baixa. A escola desinstitucionalizou-se, não é mais o espaço que, de cima para baixo, ensina os jovens a viverem em sociedade, inculcando normas e valores sociais, onde eles aprendam uma profissão que lhe esteja destinada⁶ (Dubet, 2002). Agora, o discernimento do que ser e de quais regras seguir depende do próprio sujeito.

A escola é local do encontro com os amigos e de produção de solidariedade, apesar disso ocorrer muito mais em função dos laços frágeis, que percorrem as relações pessoais que nesse espaço se cruzam. Os laços fortes, tradicionalmente produzidos na escola, marcados pela responsabilidade da escola de socializar as novas gerações, de democratizar os conhecimentos acumulados e de formar para o trabalho, não tem conseguido incorporar aquilo que os laços frágeis indicam, seja o respeito à amizade, à importância atribuída à solidariedade ou o respeito e a incorporação nessa instituição das necessidades e dos interesses juvenis. Assim, o que transita da escola para a empresa é aquilo que é produzido por meio dos laços frágeis, nos grupos de convivência, de amigos que têm na escola apenas o *locus* do encontro.

No caso dos jovens trabalhadores das empresas solidárias, a escola poderia cumprir papel importante no sentido de fazer parte da experiência integrada que eles vivem no interior de suas empresas, pois, apesar dessa instituição encontrar-se esvaziada de sentido, parece ainda reter alguns elementos que permitem re-significá-la, como o papel de democratizar conhecimentos acumulados, mesmo que fragmentados.

⁶ Na escola, “a lógica da transmissão de valores e de modelos está recoberta pela competição individual e pelos cálculos de utilidade de cada um. Isto provoca claramente uma separação entre interesses sociais e gostos pessoais, enfraquecendo consideravelmente o modelo da vocação e da socialização profissional. Cada um é levado a escolher aquilo que parece mais útil, e se orienta segundo um princípio de escolha negativa”. Os futuros operários não orientam mais sua escolha tendo como referência uma possível vocação ou uma determinada possibilidade de inserção no mercado de trabalho. A escolha deles recai sobre os cursos nos quais fracassarão menos, no interior da própria escola. (Dubet, 1996: 28-29).

O ano passado eu percebi que tem coisa assim a ver com a cooperativa, com o serviço que eu exerço, com a minha profissão, que foi quando eu comecei a estudar física, eu vi que física era relacionada diretamente com o meu serviço, é isso que eu tenho que fazer (Mario, trabalhador da produção e da administração, na Coopertratt, 18 anos).

Além dos jovens que vão para a escola, motivados por aquilo que a empresa solidária requer, há outros que se dirigem a ela porque vêem a possibilidade de realizar sonhos, adentrando em campos profissionais completamente distintos daqueles existentes na empresa, exatamente porque a empresa lhes possibilita uma outra condição. Esses jovens vislumbram na escola a realização de algo de que gostam, completamente diferente daquilo que têm como atividade profissional hoje. Exemplos disso são: Alexandre (operário, 23 anos) que gosta de geopolítica, de acompanhar as guerras que acontecem pelo mundo e a evolução dos países, e por isso deseja fazer o curso de Geografia; e Nires, também operário, que sonha em ser pediatra porque gosta dessa profissão.

Há uma clara relação entre a empresa e a possibilidade dos jovens se formarem em torno de profissões, relacionadas ou não, às necessidades da empresa, assim como a realização de seus sonhos também parece se vincular ao fato de serem filhos da geração do novo sindicalismo. Seus pais, tendo se fixado no ABC e conseguido, por meio da luta, uma série de direitos, puderam lhes garantir o acesso a condições culturais que outros grupos, também de filhos de operários, não têm. Assim, para os jovens das empresas solidárias, a escola pode ganhar importância por aquilo que ela permite realizar.

Mas, quando se trata de cooperativismo, esses mesmos sujeitos têm clareza de que a escola poderia ser diferente.

(A escola poderia) mostrar mais como trabalha em grupo, porque a escola mostra, mas mostra bitolado. Não se importa muito com isso. Se fosse mais,, o pessoal quando entrasse numa cooperativa ia trabalhar mais em grupo. (Nilton, operador de máquina da Cooperlafe, 23 anos).

Assim, a transitividade entre empresa e escola se faz de forma mais efetiva por mecanismos centrados no indivíduo e na realização de sonhos que são individuais ou focados num determinado ofício da empresa. Os laços frágeis não se transformam em laços fortes, por meio da escola, para garantir a coesão social. As iniciativas dos jovens trabalhadores das empresas solidárias no sentido de polemizar a instituição escolar, a partir das experiências vividas na produção de uma democracia associacionista,

recortada pelo *dom*, ainda são tênues. Os jovens, porque transitam pelos dois espaços, poderiam ser os atores responsáveis pela transitividade da empresa para a escola, e vice-versa, no sentido de trazerem as novas temáticas, produzidas também por eles, para a esfera pública.

Eles o fazem de forma tímida, em alguns casos com uma intencionalidade nascida do interior da empresa, de novo daquela que tem mais tempo de existência, a Coopertratt. Mas, essa iniciativa ainda está à deriva, nas mãos de poucos, daqueles que consideram que podem ensinar coisas aprendidas na empresa para a escola.

Eu acho que, no caso, eu como trabalho na cooperativa, eu acho que tenho muito a passar para a escola. Eu acho que eu passo mais para a escola do que a escola passa para mim, que nem, no caso, há 1 ano atrás, uns 2 anos atrás, mais ou menos, o pessoal daqui da cooperativa estava organizando um curso pra conscientizar o pessoal, o que era o cooperativismo, e foi onde eu fiquei conhecido na escola. Nas escolas vizinhas, com esse trabalho. Porque eu cheguei na escola, organizei uma equipe, aí chegava nas escolas e apresentava. Isso acabou trazendo muitas pessoas da escola, mesmo os alunos, para estudar sobre cooperativismo. (Mario, trabalhador da produção e da administração da Coopertratt, 18 anos).

Eu falo mais na escola, o pessoal da escola pergunta e tal. Eu explico pro pessoal, a maioria não conhece como funciona uma cooperativa, vou e explico. Eles acham legal o jeito de trabalhar, eles acham interessante. Como funciona? Como é? Eu explico direitinho, falo pra eles. Eles falam, nossa é um bom caminho. (Nilton, operador de máquina da Cooperlafe, 23 anos).

Por esta via, marcadamente recortada pela presença dos jovens, a empresa solidária poderia ganhar o espaço público, penetrando a instituição escola, quem sabe interferindo na redefinição de seus rumos, levando para dentro dela a nova cultura, porque mais do que a aprendizagem de um ofício, eles estão produzindo um novo jeito de ser e estar no mundo do trabalho, numa estreita relação com os adultos.

A empresa é um verdadeiro espaço de aprendizagem para os jovens, sem que, por causa disso, eles manifestem desejo de substituí-la pela escola.

A empresa solidária, além de espaço de ressocialização de práticas e valores, solidariedade, confiança, estar junto, é também um lugar de ressignificação do próprio trabalho; por isso ensinar/aprender a ser um trabalhador ganha novos conteúdos e novas habilidades, numa relação em que jovens e adultos interagem como iguais. Mas essa igualdade vem marcada por diferenças que têm como base a organização das idades em nossa sociedade. Assim, os adultos seguem sendo referência para os jovens e eles assumem a responsabilidade de dialogar com estes o projeto em andamento, para remetê-los para o futuro, como educadores.

Creio que nós, mais velhos e adultos, não devemos ter medo de oferecer “aqueles ideais poderosos e convincentes que devem anteceder a formação da identidade das gerações seguintes”, como afirmou Erikson, e assumir a condição de autoridade, pressuposta a partir de princípios norteadores da vida democrática, cuja legitimidade ultrapassa a mera relação de poder. Não importa que, hoje, nossos legados conttenham problemas sociais e humanos ainda não resolvidos, se sobrevive em nosso horizonte, ainda, alguma semente de utopia. Para que possam se rebelar, contestar e criar um conjunto de orientações e utopias, os jovens precisam um estoque muito bem definido de valores oferecidos por seus educadores. Nos espaços democráticos de convivência com as diferenças entre as idades, entre os ciclos de vida e as gerações, pode-se caminhar para um encontro que desenha projetos comuns capazes de oferecer novos e múltiplos caminhos para a prática educativa. (Sposito, 1996: 102).

Nessa relação os adultos assumem o papel daquele que orienta. Os jovens, por sua vez, reconhecem esse papel dos adultos, mas sabem que na empresa solidária, aprendem a ser trabalhadores por processos de produção de si mesmos. Essa relação entre jovens e adultos, que comporta o espaço para que os jovens possam produzir a si mesmos, está pouco presente na escola em crise de nossa sociedade.

Adultos só podem agir no sentido de preparar o jovem para o futuro porque, de um lado, eles reconhecem o seu próprio papel como responsáveis pela sociedade e sua coesão, bem como a sua continuidade; de outro, eles reconhecem que os jovens vivem uma determinada fase da vida marcada pela abertura a novas experiências, pela possibilidade de aquisição rápida de novas habilidades. Por isso tudo, jovens são incentivados, pelos adultos, a estudar.

Para a “geração do novo sindicalismo”, nos dias de hoje, a educação parece carregar, além do sentido de ascensão que trouxeram quando migrantes, ainda jovens, um outro sentido que, agora, a empresa solidária reforça ou introduz, o da importância da educação para controlar e desenvolver a própria empresa. Por isso, trabalho e educação não podem mais concorrer, esses dois elementos devem necessariamente se completar.

Assim, estudar, para jovens e adultos, passa a ter relação estreita com o futuro da empresa. Aqueles devem continuar estudando; estes, devem incentivá-los nesse sentido, inclusive financeiramente.

Da parte dos jovens, há o reconhecimento da responsabilidade dos adultos e da diferença que há entre eles, própria daqueles que têm família e a responsabilidade da condução da empresa.

Desta forma, tudo aquilo que está sendo produzido dentro da empresa, por jovens e adultos, poderia polemizar as relações existentes na escola e as relações mercantis que predominam na sociedade, a partir da vivência da fábrica. Quem sabe?, com isso, a escola pudesse contribuir para que jovens, porque transitam de um para outro espaço, refletissem sobre o processo em andamento, disseminando as experiências vividas e, ao mesmo tempo, a empresa solidária talvez pudesse ser um novo ponto de referência para que a própria escola pudesse ser repensada.

Os adultos, por sua vez, transitam em direção ao sindicato, à Unisol, aos executivos locais. É nesses espaços que eles procuram polemizar práticas existentes por meio daquilo que aprendem no interior das empresas solidárias. Entretanto, eles não conseguem dialogar com os jovens, nem estes com aqueles, sobre esses movimentos que realizam.

Todos os jovens das empresas solidárias estudadas, sem exceção, vêm nos adultos as pessoas que conduziram o processo de instalação da nova empresa e têm com eles uma dívida, a de assumir a empresa no futuro e garantir aos mais velhos a sua sobrevivência por meio dela, confirmando que está em andamento na instituição a produção de uma lógica marcada pelo dar – receber – retribuir, que pode perdurar no tempo. Uma lógica que é oposta à mercantil, da compra e venda do trabalho. Assim, os jovens são uma das fortes expressões da existência de democracia, atravessada pelo *dom*, nessas empresas solidárias.

Como tudo é muito recente, segundo eles mesmos, jovens e adultos deparam-se com “uma economia de guerra” e “cada dia é uma batalha”. Este momento, porque desorganizador do que havia, é rico e carrega com ele potencial de inventividade, mas ele também enclausura seus atores no interior das empresas, presos a um esforço para sobreviverem. As sinalizações de ocupação do espaço público vêm de jovens e adultos. Mas, cada um dos grupos o faz isoladamente, cada qual com sua história, marcado pela experiência de suas gerações. Eles ainda não se debruçaram, no interior da empresa, para decidir como ultrapassar seus limites.

Portanto, em tempos de desemprego nem tudo é desemprego, nem todos são excluídos. Os atores que se encontram nas empresas solidárias falam para todos e estão a meio caminho, entre os pequenos grupos, onde o valor da convivência é fundamental, e a sociedade, cuja coesão depende do fortalecimento da democracia e da re-socialização da solidariedade, da amizade e da confiança, em gestação no interior das relações do trabalho associado, cumprindo um papel de mediação entre diversas esferas

e racionalidades sociais. No caso das empresas solidárias, elas se situam, particularmente, na fronteira entre mercado e Estado, entre integração e particularidade, entre dois modos de se posicionar diante da democracia, aquela que vem “do alto” e aquela que vem “debaixo”.

Assim, a empresa solidária, mesmo marcada pelo recorte econômico, é vista e analisada como fortemente incrustada no social, pois o ciclo da reciprocidade se opõe às trocas mercantis (Evers, 2000). Vistas desta forma, as associações econômicas do campo da economia solidária não podem ser analisadas do ponto de vista único e exclusivo do interesse, em função da precariedade do mercado ou do fracasso do Estado. É preciso verificar se esse movimento em curso é capaz, mais do que fornecer trabalho para muitos, de estabelecer relações solidárias movidas por lógicas não-mercantis, de reafirmar a dimensão política de sua ação e de obter o seu reconhecimento político através do reforçamento do vínculo social e do livre acesso ao espaço público (Eme e Laville, 2000).

Considerações finais

A escola precisa ser pensada e entendida não apenas a partir de dentro, mas também do seu exterior, daquilo que fora dela é produzido e que pode lhe informar sobre os processos de mutação em andamento, bem como possibilidades de saída da crise.

Um exemplo disso são as empresas solidárias, onde as gerações se encontram e aprendem mutuamente, produzindo espaços de ressocialização de práticas e valores, desenvolvendo a solidariedade, a confiança, a prática de estar juntos, como também a ressignificação do próprio trabalho.

Adultos e jovens ensinam/aprendem a ser trabalhadores que devem dominar novos conteúdos e novas habilidades, numa relação de iguais, baseada na diferença das idades. Nas empresas, eles produzem sinais de uma outra lógica de relação, a de dar – receber – retribuir, por isso, tudo aquilo que está sendo produzido dentro da empresa, por jovens e adultos, poderia polemizar as relações existentes na escola e as relações mercantis que predominam na sociedade, a partir da vivência da fábrica.

Se a escola fosse capaz de olhar para dentro de si, a partir do que vem de fora, neste caso as empresas solidárias, talvez pudesse contribuir para que jovens, porque transitam de um para outro espaço, refletissem sobre o processo em andamento,

disseminando as experiências vividas e, ao mesmo tempo, a cooperativa talvez pudesse ser um novo ponto de referência para que a própria escola pudesse ser repensada.

Referências

- ANTEAG. 1998. **Empresa social e globalização. Administração autogestionária: uma possibilidade de trabalho permanente.** São Paulo: Anteag. 146p.
- COCO, Giuseppe. 2000. **Trabalho e cidadania- produção e direitos na era da globalização.** São Paulo: Cortez. 184p.
- CORROCHANO, Maria Carla e NAKANO, Marilena. 2002. Jovens, mundo do trabalho e escola. SPOSITO, Marília Pontes (cordenação). **Juventude e escolarização (1980-1998).** Brasília: MEC/Inep/Comped. pp. 95-134.
- COSTA, Márcia Regina da. 1993. **Os “carecas do subúrbio”- Caminhos de um nomadismo moderno.** Petrópolis: Vozes. 234 p.
- CUCHE, Denys. 2002. **A noção de cultura nas Ciências Sociais.** Bauru: EDUSC. 256p.
- DUBET, François. 2002. **Le déclin de l’institution.** Paris: Éditions du Seuil. 422p.
- _____. 1996. Des jeunesses et des sociologies. Les cas français. **Sociologie et Sociétés.** Les jeunes. Vol. XXVIII, no. 1, printemps. P.23-35.
- EME, Bernard; LAVILLE, Jean-Louis. 2000. Pour une approche pluraliste du tiers secteur. **France/Brésil: politiques de la question sociale.** Mana Revue de Sociologie et d’Anthropologie. Caen: Presses Universitaires de Caen. pp. 165-184.
- EVERS, Adalbert. 2000. Les dimensions sociopolitiques du tiers secteur. Les contributions théoriques européennes sur la protection sociale et l’économie plurielles. In **Qu’est-ce que le tiers secteur? Associations, économie solidaire, économie sociale.** Sociologie du Travail. No. 4, vol. 42, octobre-décembre. Paris: Éditions Elsevier
- GAULLIER, Xavier. 1998. **Agés Mobiles et generations incertaines.** Paris: CNRS, mimeo. 35p.
- GRANOVETTER, Mark. 2000. **Le marché autrement- les réseaux dans l’économie.** Paris: Desclée de Brouwer.
- MANCE, Euclides André. (1999). **Revolução das redes- a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual.** Petrópolis, RJ: Vozes. 220p.
- MAUSS, Marcel. 1999. Essai sur le don. Forme et raison de l’échange dans les sociétés archaïques. **Sociologie et anthropologie.** Paris: Quadrige/PUF. pp. 143-279.

- MELUCCI, Alberto. 2001. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Tradução de Maria do Carmo Alves do Bonfim. Petrópolis, RJ: Vozes. 199 p.
- PUTNAM, Robert. D. 1996. **Comunidade e Democracia- a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.
- SINGER, Paul. 2002a. **Introdução à Economia Solidária**. 1ª. edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.128p.
- SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (organizadores). 2000. **A economia solidária no Brasil. A autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto. 360p.
- SPOSITO, Marília Pontes. 1996. Juventude, crise, identidade e escola. In DAYRELL, Juarez (organizador). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG. Pp.96-104.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. 1998. **A democracia na América: leis e costumes**. São Paulo: Martins Fontes. 560p.
- TOURAINÉ, Alain. 1996. **O que é democracia?** Petrópolis, RJ: Vozes. 286p.
- VIEITEZ, Cândido Giraldez (organizador). 1997. **A empresa sem patrão**. Marília: UNESP. 140p.
- WAINWRIGHT, Hilary. 1998. **Uma resposta ao neoliberalismo: argumentos para uma esquerda**. Tradução, Ângela Melim. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores. 152p.